

# *Bancos podem exigir garantia de governos para os empréstimos*

**LEONARD SILK**  
**Do N. Y. Times**

**NOVA YORK** — Julio Gonzalez del Solar, presidente do Banco Central da Argentina, foi solto por determinação de um juiz federal. Isto abriu o caminho para que se retomassem as negociações a respeito da forma como a Argentina poderá refinanciar a sua enorme dívida externa. No entanto, a crise está longe de ter sido contornada, tanto na Argentina, quanto no Brasil, no Chile, nas Filipinas ou em qualquer outro país associado pelo problema das dívidas.

As dívidas totais dos países em desenvolvimento aos bancos privados dos Estados Unidos e de outras nações industrializadas é superior a Cr\$ 300 bilhões, e uma parte considerável deste valor se encontra em condições difíceis de ser resgatada.

Qual é a amplitude do perigo caso um ou vários países não possam saldar suas dívidas, de que haja uma reação em cadeia dos bancos privados, fazendo com que o sistema monetário mundial vá por água abaixo, como aconteceu há 50 anos?

A gama de opiniões a respeito desta pergunta é ampla. Edward M. Bernstein, o primeiro diretor de pes-

Os bancos centrais, exatamente como o sistema da Reserva Federal nos Estados Unidos, aceitam essa responsabilidade sem informar, de antemão, exatamente como se irão desincumbir da tarefa em relação aos bancos de seus respectivos países. A situação é menos clara em relação às filiais no Exterior e a outras instituições financeiras do Exterior e do tipo off-shore. A mais recente versão de um acordo entre os bancos centrais dos principais países industrializados afirma que o documento "não aborda os aspectos do papel de emprestadores de última instância dos bancos centrais".

Mesmo assim, fontes do Fundo Monetário Internacional dizem que "compreende-se" que os bancos centrais não permitirão que nenhum grande banco "vá por água abaixo", caso isso venha a ameaçar o sistema internacional.

Também chegou-se a um acordo, segundo essas mesmas fontes, estabelecendo que cada banco central serviria de "emprestador de última instância" para as filiais estrangeiras dos bancos comerciais dos seus respectivos países. Quando houver uma ambigüidade a respeito de que instituição pertence a qual país, dividir

do que pode provocar as restrições generalizadas do governo, a Costa não parou a produzir, mantendo o nível de emprego e fugiu do agravamento da recessão econômica do país".

# *acha plano irracional*

Mesmo a recente faciliificação do FMI das demandas de reforma fiscal não é suficiente. A proposta brasileira de uma moratória de cinco anos sobre a dívida para recuperação da economia não deve ser razoável. Nos não devemos forçar o Brasil a uma situação financeira que impõe um esforço monetário que não é necessário. Pelo mundo monetário internacional, a racionalização da dívida pública é que, se não pagarmos agora, teremos de pagar mais tarde pelo colapso financeiro que irá ocorrer com certeza. Mais importante ainda: nos precisamos compreender o simbolismo de Brasil. O bem-estar desses países é uma prova de que esses países desempenham um papel crucial na construção de um mundo melhor.

em Washington, na semana passada, deo os brasilienses a opção de atraer a propriedade econômica e artística coloca um ponto final no seu progresso político e econômico, ou de declarar in- tício e fim da sua permanência no Brasil. Na medida em que o governo federal é o maior patrocinador das artes, é de se tor- car a principal beneficiária da reunião entre os países que integram a Comunidade do Rio de Janeiro. A reunião, que deve ser realizada no dia 20 de junho, é uma oportunidade para que os países da América Latina possam discutir questões de interesse comum, como a promoção do turismo, a cooperação científica e a proteção dos recursos naturais. É também uma oportunidade para que os países da América Latina possam demonstrar sua vontade de trabalhar juntos para o desenvolvimento sustentável da região.